

**ANAIS DA 71ª REUNIÃO ANUAL DA SBPC – CAMPO GRANDE, MS - JULHO/2019**

**MESA REDONDA: OS IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**CAMPO GRANDE. MS, JULHO 2019**

**RESUMO:**

A presente reflexão atende aos desafios lançados pela SBPC, de estimular o debate sobre a relevância estratégica da Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento, crescimento econômico e geração de emprego e renda, com soberania nacional. Não se pretende uma revisão da literatura sobre o tema, mas sim alertar sobre os riscos de retrocesso e suas implicações para o país, diante do atual cenário de desmonte do Sistema Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação CT&I.

Estudos internacionais têm apontado que a economia global, nas últimas décadas vem atravessando profundas transformações dos padrões de concorrência, de produção e consumo, fruto de persistentes processos interativos entre ciência e tecnologia. Tais avanços estão promovendo uma reestruturação territorial e organizacional da localização de geração do conhecimento e da produção mundial de manufatura. Historicamente concentrados nos EUA e Europa, a tendência de investimentos em P&D tem se deslocado, tornando-se mais significativa nos países da Ásia, em especial a Coreia e a China. Esse cenário ocorreu no contexto de um mundo cada vez mais interconectado, movido pelos avanços do conhecimento científico, especialmente nas áreas de automação, informatização e microeletrônica. A nova divisão internacional do trabalho, resultante dessa dinâmica, deslocou os centros de produção, pela acelerada revolução dos meios de comunicação e logística.

Para enfrentar tais desafios, países em desenvolvimento devem desenvolver uma base econômica sólida, apoiada em um processo endógeno e dinâmico de geração de conhecimento e inovação.

Ao redefinir as bases para um novo padrão de desenvolvimento para a economia brasileira, centrado numa agenda neoliberal tardia e um ajuste fiscal ortodoxo, o atual Governo impõe fortes restrições à capacidade do Brasil responder aos desafios em curso, tanto no plano interno, quanto no cenário internacional. Rompe com o histórico e persistente processo de retomada do crescimento e com a visão de que o fortalecimento do sistema de CT&I é um dos pilares para uma política de competitividade sistêmica.

O novo modelo, centrado na ótica de que “o mercado resolve”, representa uma mudança de paradigma, ao reduzir a importância do Estado na formulação de políticas públicas. Tal percepção desarticula o sistema, retrocede no objetivo de produzir ciência e fomentar inovações, assim como, reduz a possibilidade de o Brasil usufruir dos benefícios do progresso técnico, para minorar nossos graves problemas de desigualdades sociais e conquista de mercados.

Nessa perspectiva estamos vivendo uma das maiores provações de nossa história, com o descrédito, por autoridades governamentais, sobre os resultados da ciência, uma redução drástica dos investimentos, perda de recursos orçamentários, inclusive no maior fundo de apoio à ciência e inovação, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, com retrocessos no crédito e nas atividades de pesquisa.

Entre 2017 e 2018, o CNPq e a Finep tiveram uma redução em seus orçamentos e limites de empenho com consequências desastrosas para todo o sistema de CT&I (resultado da aprovação da EMC95). O orçamento do CNPq, em 2018, foi 55% do aprovado para 2014. Os desembolsos da FINEP em 2018 foram 54% da média entre 2010 a 2013. Com o forte contingenciamento sofrido pelo CNPq, foram suspensos editais e o pagamento de milhares de bolsas, descontinuando um conjunto de apoios importantes para o sistema. A Finep encontra-se sem definição estrutural, sem missão institucional clara e sob

suspensão da execução orçamentária. As decisões tomadas no primeiro semestre de 2019 quanto aos contingenciamentos das autorizações orçamentárias, ensejam um aprofundamento da crise no apoio à P&D realizada pelo governo federal.

Diante desse cenário, a apresentação está dividida em três partes:

- i) na primeira, pretende-se fazer uma contextualização do cenário internacional: oportunidades e riscos a serem enfrentados pelo Brasil. A redução de nossa defasagem científica e tecnológica, frente a nova onda de tecnologias disruptivas, exige pensar a agenda como uma política de Estado.
- ii) a segunda parte apresenta, em linhas gerais, uma descrição do sistema de CT&I, atores envolvidos, principais políticas implementadas e os impactos da sua desarticulação e redução no ritmo de financiamento. O contexto de grave crise econômica e institucional está provocando uma instabilidade política, e impondo um projeto de restrição nos investimentos e de desmonte do sistema nacional de CT&I. Diante desse quadro que propostas devem emergir para o debate com os atores envolvidos e a sociedade?
- iii) Na terceira parte, procura-se identificar os desafios futuros e macropropostas que permitam conduzir o país no rumo da transformação de uma estrutura produtiva e tecnológica atrelada ao desenvolvimento social.

Uma política de desenvolvimento nacional precisa priorizar o Conhecimento como necessidade estratégica para o fortalecimento da nossa Soberania, precisa articular a abundância e as oportunidades dos nossos recursos naturais com um desenvolvimento industrial nacional, mediados por questões de sustentabilidade ambiental e segurança energética. O desafio é enorme, é preciso mover-se a uma velocidade superior à da fronteira tecnológica, sob pena de termos, na melhor das hipóteses, uma estagnação



relativa. A construção de políticas públicas, deve estar orientada por missões, como eixo de coesão com as políticas regionais.